



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante: Coordenadoria de Controle e Gestão de Frotas

Responsável pela demanda: Luciana Maria da Costa

Matrícula: 16107

E-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

Telefone: (49) 2040-5800

SÍNTESE DO PROCESSO

Objeto: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE (SENAT) PARA MINISTRAR CURSOS ESPECIALIZADOS AOS MOTORISTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE CAÇADOR.

Tipo de Item: [] Material [X] Serviço [] Obra [] Soluções de TI [] Permissão de Uso	Tipo de Subitem: [] Permanente [] Consumo [] Continuado [X] Não Continuado [] Soluções de TI	Mês Desejado? [] Janeiro [] Fevereiro [] Março [] Abril [] Maio [] Junho [] Julho [] Agosto [] Setembro [X] Outubro [] Novembro [] Dezembro		
Finalidade: [] Registro de Preços [] Aquisição [X] Contratação	Recurso Externo? [] Sim [X] Não	Grau de Prioridade: [] Baixa [X] Média [] Alta	Renova Contrato: [X] Baixa [] Média [] Alta	Valor Total Estimado: R\$ 4.100,00

1. OBJETO DETALHADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIAL	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	Curso especializado para condutores de veículos de transporte de emergência. Carga horária: 50 (cinquenta) horas/aula.	21172	Unidade	7	R\$ 300,00	R\$ 2.100,00
2	Curso de atualização para condutores de veículos de transporte de emergência. Carga horária: 16 (dezesesseis) horas/aula.	21172	Unidade	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
3	Curso de atualização para condutores de veículo de transporte coletivo de passageiros. Carga horária: 16 (dezesesseis) horas/aula.	21172	Unidade	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00

2. NECESSIDADE DE AMOSTRAS

Não há necessidade de amostras.

3. INDICAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO



Não há indicação de equipe de apoio.

4. METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA DE PREÇOS E, SE NECESSÁRIO, JUSTIFICATIVA PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DA PESQUISA NO PNCP

Conforme relatório de pesquisa de preços, em conformidade com o art. 23, §1º e 4º, da Lei n. 14.133/2021, foram empregados os seguintes parâmetros na pesquisa de preços:

- Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços;
- Pesquisa direta com os fornecedores, desde que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

O valor estimado foi calculado com base no menor preço dos valores coletados nas fontes mencionadas.

Após análise detalhada dos preços obtidos, entende-se que os preços apresentados pelo contratado estão em conformidade com os praticados no mercado, nos termos do art. 23, §4º, da Lei n. 14.133/2021 e do art. 72, VII, da Lei n. 14.133/2021, que dispõe sobre a necessidade de comprovação da justificativa de preço no processo de contratação direta.

5. INDICAÇÃO DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇO

NOME	MATRÍCULA	E-MAIL	FONE	CARGO
Jônathan de Souza Barbosa	20968	licitacoes.saude@cacador.sc .gov.br	(49) 2040-5800	Assistente Administrativo

Caçador, 15 de setembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

ALEXANDRE BRAGGIO

Data: 16/09/2025 17:38:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alexandre Braggio
Secretário de Saúde

ALENCAR

MEENDES:7

7167384968

Alencar Mendes
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por ALENCAR
MEENDES:7167384968
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=VideoConferencia,
OU=3055957000137, OU=Secretaria de
Recursos Humanos do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF
A3, OU=(sem brancos), CN=ALENCAR
MEENDES:7167384968
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.18 14:12:21 -0300
Formato: P12E Reader Versão: 2025.2.0



Documento assinado digitalmente

LUCIANA MARIA DA COSTA

Data: 16/09/2025 14:22:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciana Maria da Costa
Coordenadora de Controle e
Gestão de Frotas



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, por intermédio da Coordenação de Controle e Gestão de Frotas e da Coordenação de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), realiza o transporte de pacientes por meio de veículos de emergência (ambulâncias) e veículos de transporte coletivo de passageiros (vans e micro-ônibus).

A Resolução CONTRAN nº 789/2020 estabelece a obrigatoriedade da realização de cursos especializados para os condutores que atuam na condução de veículos de emergência e de transporte coletivo de passageiros.

Além disso, nos termos da citada resolução, é obrigatória a realização de curso de atualização pelos condutores, uma vez que os cursos especializados possuem validade de cinco anos.

Em levantamento realizado com os motoristas lotados na Secretaria Municipal de Saúde, identificou-se a necessidade de realização dos cursos especializados e de atualização listados a seguir

1. CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA			
	Categoria	Motorista	Vencimento do Curso Especializado
1	AD	EVERTON LEMES	-
2	AE	ISAIAS PEDROSO MARINS	-
3	AE	JOSIMAR DOS SANTOS GABRIEL RIBEIRO	-
4	AD	LUIZ ALBERTO TOGNI	-
5	AD	MAIKON ALESSANDRO KRAEMER DE BASTOS	-
6	C	MARCOS ADRIANO GONCALVES DE MORAES	-
7	AD	VARDECI DA SILVA	-

2. CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA			
	Categoria	Motorista	Vencimento do Curso Especializado
1	AD	ANTONIEL METSALEN BRANCO	14/04/2026
2	E	FABIANO MIDGINSKI	28/03/2026
3	AE	MARCIO BASSANI	12/03/2026
4	AD	RUDINEI CITADIN	09/04/2026
5	AD	WILIAN GUALBERTO WERLE	09/03/2026

3. CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS			
	Categoria	Motorista	Vencimento do Curso Especializado
1	AE	ALEX ANDERSON MORAES DOS SANTOS	28/03/2026
2	E	FABIANO MIDGINSKI	23/03/2026
3	AE	MARCIO BASSANI	11/03/2026
4	AD	RUDINEI CITADIN	09/04/2026



5	AD	WILIAN GUALBERTO WERLE	08/03/2026
---	----	------------------------	------------

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, registrado no Plano Nacional de Contratações Públicas (PNCP) sob o ID do item: 4 – 2088 – SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO/ EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS, podendo ser acessado em: <https://pncp.gov.br/app/pca/11583495000145/2025/2>.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. São elementos necessários ao objeto a ser contratado para que atenda adequadamente à necessidade:

- I. A instituição ou entidade deve estar credenciada junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (Detran/SC), órgão executivo de trânsito do Estado de Santa Catarina.
- II. Ofertar cursos especializados para condutores de veículos e respectiva atualização.
- III. A organização administrativo-pedagógica dos cursos para condutores especializados será estabelecida em consonância com a Resolução CONTRAN nº 789/2020.
- IV. As disciplinas dos cursos para condutores especializados devem ser ministradas por pessoas habilitadas em cursos de instrutores de trânsito, realizados por órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, ou instituição por ele credenciada e que tenham realizado, com aprovação, os cursos especiais que vierem a ministrar.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. A estimativa de quantidades consistem em:

- Curso especializado de condução de veículos de emergência: 7 (sete) motoristas;
- Curso de atualização para condutores de veículos de transporte de emergência: 5 (cinco) motoristas;
- Curso de atualização para condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros: 5 (cinco) motoristas.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. De acordo com a Resolução CONTRAN nº 789/2020, o processo de qualificação de condutores em cursos especializados, incluindo a respectiva atualização, somente pode ser realizado por entidades do Serviço Nacional de Aprendizagem (Sistema S) e outras instituições ou entidades credenciadas.

Diante disso, o levantamento de mercado considerou as soluções disponíveis com base nessa normativa.

Em pesquisa às instituições ou entidades credenciadas pelo DETRAN com atuação em Caçador¹, chegou-se ao seguinte resultado:

1	CASATRANSC Portaria Nº 049/DETRAN/PROJUR/2024 – Validade 30/01/2026 Rua Benjamin Zandavalli, nº 48, sala 01, Bairro: Bairro: Santa Catarina – Caçador/SC. Fone: (49) 3563 -1250 (whatsapp) E-mail: casatransc.recepcao@gmail.com
2	SEST/SENAT – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE (Portaria DENATRAN nº 566, de 27 de Fevereiro de 2020) Setor de Autarquia Sul (SAUS), quadra 1, Bloco J, Edifício Clésio Andrade, Sala: Diretoria Executiva Nacional, 12º andar, Bairro: Asa Sul – Brasília/DF Fone: (61) 3315-7000 / 3315-7220 Site: www.sestsenat.org.br E-mail: diretoria@sestsenat.org.br
3	CFC CACADOR Credencial: 1447 Município: CACADOR Endereço: RUA PRESIDENTE KENNEDY, 210 - PARAISO - CEP: 89503018 - CACADOR

¹ <https://www.detran.sc.gov.br/credenciados/>. Acesso em 04/09/2025, às 09h25min.



	Telefone: 4935639069 E-mail: N/D
4	CFC BELLY Credencial: 2626 Município: CACADOR Endereço: RUA NEREU RAMOS, 338 - CENTRO - CEP: 89500000 - CACADOR Telefone: 4935638450 E-mail: N/D
5	CFC LIDER E PIONEIRA Credencial: 2627 Município: CACADOR Endereço: AV BARAO DO RIO BRANCO, 174 - CENTRO - CEP: 89500000 - CACADOR Telefone: 4935671000 E-mail: N/D
6	CFC BOM JESUS Credencial: 6042 Município: CACADOR Endereço: RUA BADEN POWEL, 149 - DER - CEP: 89506027 - CACADOR Telefone: 4835670506 E-mail: N/D
7	CFC DER Credencial: 8072 Município: CACADOR Endereço: RUA HERCILIO DE LIMA, 457 SALA 02 - MARTELO - CEP: 89500000 - CACADOR Telefone: 4935674040 E-mail: N/D

Foi realizado contato com as entidades credenciadas, por meio de telefonema e mensagens via WhatsApp, a fim de verificar a disponibilidade para oferta dos cursos especializados e de atualização. As respostas obtidas estão descritas a seguir:

ENTIDADE	CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA	CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA	CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS
CASATRANSC	R\$ 650,00	R\$ 580,00	R\$ 580,00
CASATRANSC	R\$ 450,00 (Modalidade EAD)	R\$ 350,00 (Modalidade EAD)	R\$ 350,00 (Modalidade EAD)
SEST/SENAT – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE	R\$ 300,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00
CFC CACADOR	Não	Não	Não
CFC BELLY	Não	Não	Não
CFC LIDER E PIONEIRA	Não	Não	Não
CFC BOM JESUS	R\$ 350,00 (Modalidade EAD)	R\$ 200,00 (Modalidade EAD)	R\$ 200,00 (Modalidade EAD)
CFC DER	Não	Não	Não

5.2. SOLUÇÕES IDENTIFICADAS:



5.2.1. Solução 1 - Cursos oferecidos por entidade do Serviço Nacional de Aprendizagem

A primeira solução consiste na oferta dos cursos por entidade integrante do Sistema S, especificamente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), podendo ser realizada por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, XV, da Lei nº 14.133/2021.

As aulas são oferecidas na modalidade presencial, permitindo interação direta dos alunos com o instrutor e com os colegas, possibilitando discussões sobre situações reais e a construção coletiva do conhecimento, favorecendo a troca de experiências aplicáveis à realidade do trabalho na saúde.

Atendendo à Resolução CONTRAN nº 789/2020, os cursos de especialização possuem carga horária de 50 horas/aula, enquanto os cursos de atualização têm carga horária de 16 horas/aula. A carga horária diária das aulas pode ser ajustada conforme a necessidade da Administração, garantindo flexibilidade no planejamento do curso.

A unidade regional do SENAT está sediada em Videira, possibilitando o deslocamento dos alunos para participação nas aulas.

Outra opção consiste na Administração disponibilizar espaço próprio. Em diligências, constatou-se a existência de uma sala no CAPS, em Caçador, que pode ser utilizada para a realização do curso, sem custos adicionais para a Administração. Nesse caso, será necessário o deslocamento do instrutor, o que, conforme informado pelo SENAT, mostra-se viável.

A adoção da modalidade presencial facilita o controle da frequência e da participação dos alunos, uma vez que os horários são fixos e fáceis de serem fiscalizados.

Além disso, essa solução representa a menor despesa econômica em comparação com as demais alternativas analisadas.

5.2.2. Solução 2 – Cursos oferecidos por entidade credenciada

A segunda solução apresenta semelhança parcial com a primeira, pois também consiste na oferta dos cursos por entidade devidamente credenciada.

Em Caçador apenas a CASATRANSC está credenciada para ministrar os cursos na modalidade presencial.

Em termos de custo, os valores apresentados pela CASATRANSC são significativamente superiores aos oferecidos pelo SENAT, sendo mais que o dobro do valor, o que representa uma desvantagem econômica.

A CASATRANSC dispõe de duas salas de aula na cidade de Caçador: uma com capacidade para aproximadamente 30 alunos e outra para cerca de 15 alunos. Os alunos precisariam se deslocar até a instituição para participar das aulas. Os horários podem ser flexibilizados conforme o número de alunos, sendo disponibilizados períodos nos turnos da manhã, tarde e noite.

Para a contratação dessa solução, seria necessário realizar processo licitatório, diferentemente da solução ofertada pelo SENAT, que poderia ser contratada por dispensa de licitação.

5.2.3. Solução 3 – Cursos especializados na modalidade EAD

A terceira solução consiste na contratação dos cursos na modalidade de ensino a distância (EAD).

Em Caçador, o CFC Bom Jesus oferece os cursos nessa modalidade, permitindo que os alunos assistam às aulas nos dias e horários de sua conveniência, respeitando o tempo mínimo de sete dias para conclusão. As aulas são gravadas e organizadas em módulos, sendo necessário que o aluno abra e assista aos vídeos de cada módulo. Ao final de cada curso, é registrada a data e o horário de conclusão, bem como a porcentagem de conteúdo assistida.

A modalidade EAD proporciona flexibilidade de horário, permitindo que os motoristas conciliem os estudos com suas atividades diárias. Contudo, observou-se uma limitação quanto ao controle de participação, pois não há como garantir que o aluno esteja realmente assistindo às aulas.

Além disso, o aluno precisa dispor de equipamentos adequados para acessar o conteúdo online. Observa-se que a Secretaria Municipal de Saúde não possui condições de disponibilizar esses equipamentos, o que pode representar uma limitação para a execução do curso na modalidade EAD.

Em termos de custo, os cursos EAD apresentam valor um pouco superior ao oferecido pelo SENAT para cursos de especialização e equivalente para cursos de atualização, situando-se, portanto, como uma solução de preço intermediário em relação às demais alternativas analisadas.

5.3. COMPARAÇÃO E CONCLUSÃO:



Compreende-se que a Solução 1 representa a melhor alternativa. Essa conclusão se baseia nas seguintes condições observadas:

- Trata-se da solução de menor custo econômico;
- As aulas presenciais permitem interação direta entre os alunos, o instrutor e os colegas, favorecendo discussões sobre situações reais e a construção coletiva do conhecimento, com troca de experiências aplicáveis à realidade do trabalho na saúde;
- Há disponibilidade de espaço próprio da Administração, em sala do CAPS em Caçador, permitindo a realização do curso sem custos adicionais e facilitando o deslocamento dos alunos;
- A modalidade presencial facilita o controle de frequência e participação, uma vez que os horários são fixos.

Desse modo, conclui-se que, entre as hipóteses apresentadas, a Solução 1 – cursos oferecidos por entidade do Serviço Nacional de Aprendizagem representa a alternativa mais adequada do ponto de vista técnico e econômico.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Em conformidade com o relatório de pesquisa de preços, o custo estimado total da contratação é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Curso	Qtd.	Valor Unitário	Total
Curso para condutores de veículos de emergência	7	R\$ 300,00	R\$ 2.100,00
Curso de atualização para condutores de veículo de transporte de emergência	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
Curso de atualização para condutores de veículo de transporte coletivo de passageiros	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
ORÇAMENTO ESTIMADO:			R\$ 4.100,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Após a análise das alternativas disponíveis no mercado, entende-se que a solução mais vantajosa para atender à necessidade da Administração consiste na contratação dos cursos especializados para condutores, bem como de suas respectivas atualizações, oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), entidade credenciada pelo DETRAN/SC.

A organização administrativo-pedagógica dos cursos será realizada em conformidade com as disposições da Resolução CONTRAN nº 789/2020, ou de outra norma que vier a substituí-la. O instrutor responsável pela ministração dos cursos deverá se deslocar até Caçador/SC, onde as aulas serão realizadas na sala do CAPS II, localizada na Rua José Bonifácio, s/n, Bairro Paraíso, anexa ao Centro Especializado de Saúde Jonas Ramos. As aulas estão previstas para ocorrer às sextas-feiras, durante a jornada de trabalho dos motoristas, nos períodos da manhã e da tarde.

A sala de aula deverá contar com mesa para o instrutor, disposição adequada das cadeiras para os alunos, sendo estas com braço ou tipo escolar (mesa acoplada), banheiros acessíveis, considerando tanto a porta de acesso quanto o interior, sistema de climatização por ar-condicionado ou ventilação natural adequada, disponibilidade de água potável e porta de acesso preferencialmente sem degraus, garantindo condições de acessibilidade.

Serão formadas três turmas para cada curso: curso para condutores de veículos de emergência (50 h/a), curso de atualização para condutores de veículos de transporte de emergência (16 h/a) e curso de atualização para condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros (16 h/a). O cronograma detalhado será disponibilizado pelo contratado, que também fornecerá os demais materiais necessários para a realização das aulas.

A execução do curso para condutores de veículos de emergência, com carga horária de 50 horas/aula, está prevista para o ano de 2025. Já os cursos de atualização para condutores de veículos de transporte de emergência e para condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros, ambos com carga horária de 16 horas/aula, deverão ser realizados no ano de 2026.



Ao final do módulo de cada curso, será aplicada uma prova com 20 questões de múltipla escolha sobre os conteúdos ministrados. A avaliação final será presencial, realizada obrigatoriamente pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado em que a CNH do condutor esteja registrada (DETRAN/SC), mediante pagamento da taxa correspondente.

As instituições responsáveis pelos cursos deverão manter, em arquivo, durante cinco anos, os registros dos alunos, incluindo o resultado de seu desempenho.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

8.1. O parcelamento do objeto por itens mostra-se tecnicamente viável, por se tratar de itens divisíveis, consistentes em 3 (três) cursos especializados para condutores, cuja execução ocorrerá em diferentes momentos, conforme indicado no cronograma.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. São resultados pretendidos com a solução:

I. Habilitar os motoristas lotados na Secretaria Municipal de Saúde para a condução de ambulâncias, por meio da realização do Curso Especializado de Condutores de Veículos de Emergência (CVE), de caráter obrigatório;

II. Assegurar a realização dos cursos especializados antes do vencimento da exigência legal, garantindo a regularidade da habilitação dos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde que atuam na condução de ambulâncias e no transporte coletivo de passageiros.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. São medidas que a Administração deve adotar previamente para viabilizar a execução contratual:

I. Reservar a sala do CAPS II, situada na Rua José Bonifácio, s/n, Bairro Paraíso, Caçador/SC, anexa ao Centro Especializado de Saúde Jonas Ramos, para a realização das aulas, previstas para ocorrer às sextas-feiras.

II. Comunicar os motoristas sobre a realização dos cursos, informando datas, horários e local, bem como a obrigatoriedade de participação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Não há impactos ambientais relacionados a contratação.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. Conclui-se que a solução estudada atende aos requisitos legais e técnicos necessários, demonstrando atendimento da necessidade a que se destina, conformidade com os princípios da administração pública, assim como viabilidade econômico e financeira, nos termos do XIII do §1º do art. 18 da Lei n. 14.133/2021. Ademais, cumpre os requisitos legais para autorizar o processamento da contratação por dispensa de licitação, na forma do art. 75, XV, da Lei n. 14.133/2021.

Caçador, 15 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
LUCIANA MARIA DA COSTA
Data: 16/09/2025 14:22:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciana Maria da Costa
Coordenadora de Controle e
Gestão de Frotas



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

- 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:** CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE (SENAT) PARA MINISTRAR CURSOS ESPECIALIZADOS AOS MOTORISTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE CAÇADOR.
- 2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO:** 01/08/2025 a 03/09/2025.
- 3. METODOLOGIA APLICADA:** O valor de referência foi aferido por meio de:
() Média
() Mediana
(X) Menor Preço
() Outra:
- 4. FONTES DE PESQUISA:** Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o Artigo 60 do Decreto 10.792, de 22 de março de 2023, do Município de Caçador.

() I – Pannel de Preços (<http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>);

Item	Objeto	Und	Qtde	Contratante (Nome /UASG)	Empenho/ Licitação	Valor Unitário

() II – Pannel de Preços (https://servicos.tcesc.tc.br/farol_externo/);

Item	Objeto	Und	Qtde	Contratante (Nome /UASG)	Empenho/ Licitação	Valor Unitário

(X) III – Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços;

Item	Objeto	Und	Qtde	Contratante (Nome /UASG)	Empenho/ Licitação	Valor Unitário
1	Curso de Capacitação para Condutores de Veículos de transporte de Emergência 50h/a	Curs o	25	VIDEIRA	11/2023 - PRI	R\$ 300,00
3	ATUALIZAÇÃO DE CURSO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIRO	UN	3	PINHEIRO PRETO	CONTRATO ADMINISTRATIV O Nº 78/2025	R\$ 200,00

() IV – Dados de pesquisa publicada em mídia especializada e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

Item	Objeto	Fornecedor (Nome e CNPJ)	Local de pesquisa (Endereço Completo)	Data/hora de acesso	Valor Unitário



(X) V – Pesquisa direta com os fornecedores, desde que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

Item	Objeto	Fornecedor (Nome e CNPJ)	Data do Orçamento/Cotação	Valor Unitário
1	Curso Especializado para Condutores de Veículos de Transporte de emergência	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE - SENAT 73.471.963/0139-82	01/08/2025	R\$ 300,00
2	Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Transporte de emergência	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE - SENAT 73.471.963/0139-82	03/09/2025	R\$ 200,00
3	Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiro	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE - SENAT 73.471.963/0139-82	03/09/2025	R\$ 200,00
1	Curso Especializado para Condutores de Veículos de Transporte de emergência	TATIANA ROSA CASAGRANDE (CASATRANSC) 12.023.167/0001-57	27/08/2025	R\$ 650,00
2	Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Transporte de emergência	TATIANA ROSA CASAGRANDE (CASATRANSC) 12.023.167/0001-57	27/08/2025	R\$ 580,00
3	Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiro	TATIANA ROSA CASAGRANDE (CASATRANSC) 12.023.167/0001-57	27/08/2025	R\$ 580,00
2	Atualização veículos de emergência Modalidade à distância	CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES BOM JESUS LTDA 08.627.269/0001-04	04/09/2025	R\$ 200,00

5. ANÁLISE DA PESQUISA:

Após análise detalhada dos preços obtidos, entende-se que os preços apresentados a seguir estão em conformidade com os praticados no mercado, nos termos do art. 23, §4º, da Lei n. 14.133/2021¹ e do art. 72, VII, da Lei n. 14.133/2021², que dispõe sobre a necessidade de comprovação da justificativa de preço no processo de contratação direta:

¹ Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

[...]

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

² Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

[...]

VII - justificativa de preço;



	Objeto	Und	Qtde	Valor Referencial	
				Unitário	Total
1	Curso especializado para condutores de veículos de transporte de emergência. Carga horária: 50 (cinquenta) horas/aula.	Und.	8	R\$ 300,00	R\$ 2.400,00
2	Curso de atualização para condutores de veículos de transporte de emergência. Carga horária: 16 (dezesesseis) horas/aula.	Und.	6	R\$ 200,00	R\$ 1.200,00
3	Curso de atualização para condutores de veículo de transporte coletivo de passageiros. Carga horária: 16 (dezesesseis) horas/aula.	Und.	6	R\$ 200,00	R\$ 1.200,00

6. ANEXOS:

A documentação comprobatória, contendo 30 (trinta) páginas que compõem a Pesquisa de Preços, segue anexa a este relatório.

Caçador, 05 de setembro de 2025.



Documento assinado digitalmente
JONATHAN DE SOUZA BARBOSA
Data: 10/09/2025 11:37:30-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Jônathan de Souza Barbosa
Assistente Administrativo



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE (SENAT) PARA MINISTRAR CURSOS ESPECIALIZADOS AOS MOTORISTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE CAÇADOR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MEDIDA	QTD.	VALOR REFERENCIAL	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	Curso especializado para condutores de veículos de transporte de emergência. Carga horária: 50 (cinquenta) horas/aula.	21172	Unidade	7	R\$ 300,00	R\$ 2.100,00
2	Curso de atualização para condutores de veículos de transporte de emergência. Carga horária: 16 (dezesesseis) horas/aula.	21172	Unidade	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
3	Curso de atualização para condutores de veículo de transporte coletivo de passageiros. Carga horária: 16 (dezesesseis) horas/aula.	21172	Unidade	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO:						R\$ 4.100,00

1.2. Os serviços são caracterizados como comuns, na forma do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Os serviços são enquadrados como não contínuos ou contratados por escopo.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

3.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, registrado no Plano Nacional de Contratações Públicas (PNCP) sob o ID do item: 4 – 2088 – SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO/ EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS, podendo ser acessado em: <https://pncp.gov.br/app/pca/11583495000145/2025/2>.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. São elementos necessários ao objeto a ser contratado para que atenda adequadamente à necessidade:

I. A instituição ou entidade deve estar credenciada junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (Detran/SC), órgão executivo de trânsito do Estado de Santa Catarina.

II. Ofertar cursos especializados para condutores de veículos e respectiva atualização.



III. A organização administrativo-pedagógica dos cursos para condutores especializados será estabelecida em consonância com a Resolução CONTRAN nº 789/2020.

IV. As disciplinas dos cursos para condutores especializados devem ser ministradas por pessoas habilitadas em cursos de instrutores de trânsito, realizados por órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, ou instituição por ele credenciada e que tenham realizado, com aprovação, os cursos especiais que vierem a ministrar.

Subcontratação

5.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

5.6.1. Justifica-se a ausência de exigência de garantia contratual pelo baixo risco de prejuízo financeiro à Administração, considerando que se trata da contratação de cursos ofertados por entidade do Serviço Nacional de Aprendizagem, com acompanhamento e controle direto da Administração quanto à frequência dos motoristas, à realização das aulas e à comprovação dos resultados.

Vistoria

5.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. O início da execução contratual deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

6.2. A execução dos serviços ficará condicionada à prévia emissão da autorização de fornecimento.

6.3. A execução dos cursos será realizada em conformidade com a Resolução CONTRAN nº 789/2020, ou outra norma que vier a substituí-la.

6.3.1. O contratado deve estar credenciado junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (Detran/SC) e ofertar os cursos na modalidade presencial.

6.4. Os instrutores devem ser habilitados em cursos de instrutores de trânsito realizados por órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado, ou por instituição credenciada, e terem concluído com aprovação os cursos especiais que irão ministrar.

6.4.1. O instrutor deve se deslocar até Caçador/SC para ministrar as aulas.

6.5. Os cursos abrangerão todo o conteúdo programático definido pela Resolução CONTRAN nº 789/2020.

6.5.1. Caberá ao contratado elaborar o cronograma e encaminhá-lo ao contratante.

6.5.2. O curso especializado de condução de veículos de emergência será realizado em 2025.

6.5.3. Os cursos de atualização para condutores de veículos de transporte de emergência e de atualização para condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros deverão ocorrer em 2026.

6.5.4. O contratado deverá manter, pelo prazo mínimo de cinco anos, os registros de desempenho dos alunos, incluindo a documentação comprobatória das avaliações.

6.6. A avaliação final será na modalidade presencial, realizada pelo DETRAN/SC.

6.6.1. Os motoristas obrigatoriamente realizarão a avaliação final.

6.6.2. O contratante custeará o pagamento da taxa para realização da prova pelos motoristas.

Local e horário da prestação dos serviços

6.7. Os serviços serão prestados:

6.7.1. Em sala do CAPS II, localizada na Rua José Bonifácio, s/n, Bairro Paraíso, anexa ao Centro Especializado de Saúde Jonas Ramos, em Caçador/SC, com a seguinte estrutura mínima: mesa para o instrutor, disposição adequada das cadeiras (com braço ou tipo escolar), banheiros acessíveis, sistema de climatização (ar-condicionado ou ventilação natural), água potável e acesso preferencial sem degraus.

6.8. A realização dos cursos deve observar a jornada de trabalho dos motoristas.



6.8.1. A jornada de trabalho compreende o período da manhã, das 8h às 12h, e no período da tarde, das 13h às 17h48min.

6.8.2. Os cursos devem ser realizados, preferencialmente, na sexta-feira.

Materiais a serem disponibilizados

6.9. Para a perfeita execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais a seguir estabelecidos:

- I. Apostilas com o conteúdo programático do curso;
- II. Canetas;
- III. Rascunho.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.10. A demanda tem como base as seguintes características:

- I. Curso especializado de condução de veículos de emergência: 7 (sete) motoristas;
- II. Curso de atualização para condutores de veículos de transporte de emergência: 5 (cinco) motoristas;
- III. Curso de atualização para condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros: 5 (cinco) motoristas.

Especificação da garantia do serviço

6.11. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.12. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Obrigações do Contratante

7.5. São obrigações do contratante:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- III. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado.
- V. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133/2021.



VI. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência.

VII. Aplicar ao contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

VIII. Cientificar a Procuradoria Geral do Município de Caçador para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado.

IX. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

a) A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

X. Responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

XI. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei n.º 14.133/2021).

XII. Comunicar o contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei n.º 14.133/2021.

XIII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

XIV. Comunicar o contratado na hipótese de posterior alteração da dinâmica do serviço.

XV. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

XVI. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

XVII. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

XVIII. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

XIX. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

Obrigações do Contratado

7.6. São obrigações do contratado:

I. Todas as obrigações conferidas ao contratado em razão das disposições contidas no Termo de Referência.

II. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

III. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

IV. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

VI. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da



execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

VII. Efetuar comunicação ao contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

VIII. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

IX. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado.
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

X. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante.

XI. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

XII. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

XIII. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XIV. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

XV. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XVI. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XVII. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

XVIII. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

XIX. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

XX. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

XXI. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

XXII. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.



XXIII. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

XXIV. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

XXV. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

XXVI. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021.

XXVII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

Obrigações pertinentes à LGPD

7.7. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

7.7.1. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

7.7.2. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

7.7.3. O contratado declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

7.7.4. O contratado fica obrigada a comunicar ao contratante em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

Infrações e Sanções Administrativas

7.8. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

- a. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Der causa à inexecução total do contrato;
- d. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.9. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/2021).

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).



III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

IV. Multa, de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% do valor total contratado;

7.10. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.11. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133/2021).

I. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133/2021).

II. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133/2021).

III. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021):

I. A natureza e a gravidade da infração cometida.

II. As peculiaridades do caso concreto.

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV. Os danos que dela provierem para o contratante.

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.15. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133/2021).

7.16. O contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei n.º 14.133/2021).

7.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

7.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.



Da Extinção Contratual

7.19. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

7.20. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

7.21. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nessa hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

7.22. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

7.22.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídico contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.23. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

III. Indenizações e multas.

IV. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

7.24. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

7.25. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

7.26. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.27. O contrato poderá ser extinto:

7.27.1. Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei n.º 14.133/2021);

7.27.2. Caso se constate que a pessoa jurídica contratado possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante, conforme previsão do art. 102 da Lei Orgânica Municipal.

Alterações

7.28. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

7.28.1. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.28.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133/2021).



7.28.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

Reajuste

7.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

7.29.1. Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.29.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.29.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.29.3.1. Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.29.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.29.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.29.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.29.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica e Administrativa

8.2. A fiscalização técnica e administrativa ficará a cargo da servidora Luciana Maria da Costa, Matrícula Funcional n.º 16107 ou pelo seu substituto Mateus de Souza Cordeiro, Matrícula Funcional n.º 22390.

8.3. O fiscal técnico e administrativo do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal técnico e administrativo:

8.3.1. Anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.3.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.3.3. Informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.3.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.3.5. Comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.3.6. Verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.3.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.3.8. Comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade,



com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

8.4. O gestor do contrato será a servidora Kesia Paloma Nhaia, Matrícula Funcional n.º 22514 ou sua substituta Carla Andressa Vierzbicki, Matrícula Funcional n.º 10940.

8.5. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.5.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.5.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.5.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.5.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.5.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Do recebimento

9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente e definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis por servidor, após conclusão do curso e emissão do certificado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento

9.1.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5. O recebimento definitivo também poderá ocorrer mediante aposição de carimbo na nota fiscal pelo fiscal do contrato, que indique regularidade da entrega do objeto e na execução total do contrato.

9.1.6. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



9.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de liquidação, na forma desta seção.

9.6. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021

9.7. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.7.1. O prazo de validade;

9.7.2. A data da emissão;

9.7.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.7.4. O período respectivo de execução do contrato;

9.7.5. O valor a pagar; e

9.7.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.8. O contratado deverá consignar na nota fiscal ou fatura o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, em especial a retenção do Imposto de Renda segundo o disposto no Decreto Municipal n.º 11.059/2023 e Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012.

9.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133/2021.

9.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

I. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

II. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, observada a ordem cronológica de pagamento, nos termos do Decreto Municipal n.º 11.947/2025.

9.17. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.



Forma de pagamento

9.18. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do art. 75, XV, da Lei n. 14.133/2021.

Exigências de habilitação

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.2.1. Habilitação Jurídica

10.2.1.1. Serviço social autônomo: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.2.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.2.2.8. Declaração de que o licitante não emprega menores de 16 de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, e que empregados menores de 18 anos de idade não realizam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme previsão do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

10.2.4. Qualificação Técnica



10.2.4.1. Portaria de credenciamento da pessoa jurídica no DETRAN/SC, em plena validade.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), conforme custos unitários apostos na tabela de referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador.

12.2. A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta da Dotação do Orçamento do exercício de 2025:

- **Unidade Gestora:** 5 - Fundo Municipal de Saúde
 - **Órgão Orçamentário:** 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 - **Unidade Orçamentária:** 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 - **Função:** 10 - Saúde
 - **Subfunção:** 122 - Administração Geral
 - **Programa:** 10 - SAÚDE
 - **Ação:** 2.78 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 - **Despesa:** 281 - 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
 - **Fonte de recurso:** 1102 - Recursos não Vinculados de Impostos - Saúde - 1.500.1002
-
- **Unidade Gestora:** 5 - Fundo Municipal de Saúde
 - **Órgão Orçamentário:** 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 - **Unidade Orçamentária:** 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 - **Função:** 10 - Saúde
 - **Subfunção:** 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 - **Programa:** 10 - SAÚDE
 - **Ação:** 2.80 - ASSISTENCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC
 - **Despesa:** 261 - 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
 - **Fonte de recurso:** 1062 - Transf. SUS União Manutenção - MAC - Ambulatorial e Hospitalar - 1.600.7000
-
- **Unidade Gestora:** 5 - Fundo Municipal de Saúde
 - **Órgão Orçamentário:** 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 - **Unidade Orçamentária:** 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 - **Função:** 10 - Saúde
 - **Subfunção:** 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 - **Programa:** 10 - SAÚDE
 - **Ação:** 2.80 - ASSISTENCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC
 - **Despesa:** 262 - 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
 - **Fonte de recurso:** 1102 - Recursos não Vinculados de Impostos - Saúde - 1.500.1002

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DOS APÊNDICES

13.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes apêndices:



Apêndice A – Relatório de Pesquisa de Preços

Caçador, 16 de setembro de 2025.



**PREFEITURA DE
CAÇADOR**

Cuidar do presente, transformar o futuro!

**SECRETARIA
DE SAÚDE**



Documento assinado digitalmente

JONATHAN DE SOUZA BARBOSA

Data: 22/09/2025 08:11:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jônathan de Souza Barbosa
Assistente Administrativo



Documento assinado digitalmente

KESIA PALOMA NHAIA

Data: 22/09/2025 08:17:06-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Kesia Paloma Nhaia
Gerente de Licitações, Contratos e
Convênios em Saúde
Gestora do Contrato



Documento assinado digitalmente

LUCIANA MARIA DA COSTA

Data: 19/09/2025 14:51:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciana Maria da Costa
Coordenadora de Controle e
Gestão de Frotas
Fiscal do Contrato